



Processo nº	15983.720102/2017-52
Recurso	De Ofício
Acórdão nº	2201-010.555 – 2ª Seção de Julgamento / 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	06 de abril de 2023
Recorrente	FAZENDA NACIONAL
Interessado	CENTRO DE ESTUDOS UNIFICADOS BANDEIRANTE

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Ano-calendário: 2014

RECURSO DE OFÍCIO. CONHECIMENTO. SUMULA CARF Nº 103.

Para fins de conhecimento de recurso de ofício, aplica-se o limite de alçada vigente na data de sua apreciação em segunda instância.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer o recurso de ofício em razão do limite de alçada.

(documento assinado digitalmente)

Carlos Alberto do Amaral Azeredo – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Débora Fófano dos Santos, Douglas Kakazu Kushiyama, Francisco Nogueira Guarita, Fernando Gomes Favacho, Marco Aurélio de Oliveira Barbosa, Rodrigo Monteiro Loureiro Amorim e Carlos Alberto do Amaral Azeredo (Presidente).

Relatório

O presente processo trata de recurso de ofício formalizado em face do Acórdão nº 15-45.544, de 29 de novembro de 2018, exarado pela 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Salvador/BA (fl. 260 a 270), que analisou a impugnação apresentada pelo contribuinte em decorrência da aplicação de multa regulamentar por descumprimento de obrigação acessória previdenciária, por não ter o contribuinte promovido a transmissão da Escrituração Contábil Fiscal - ECF, relativa ao ano-calendário de 2014, no ambiente do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), prevista no art. 12, inciso III, da Lei 8.218, de 29/08/91.

O Auto de Infração em tela consta de fl. 2 a 5 e o valor exigido foi de R\$ 3.155.894,49.

Cientificado, tempestivamente, o contribuinte formalizou a Impugnação de fl. 31 a 41, em que apresentou as razões que amparam sua convicção acerca da improcedência do lançamento.

Tais razões foram devidamente avaliadas em sede de julgamento em 1^a Instância administrativa, resultando na emissão do Acórdão ora recorrido, que exonerou integralmente o crédito lançado por considerar que o contribuinte autuado não estaria obrigado à apresentação de ECD no ano de 2014, do que recorreu de ofício nos termos da legislação de regência.

Cientificado da citada Decisão, não houve manifestação do autuado.

É o relatório necessário.

Voto

Conselheiro Carlos Alberto do Amaral Azeredo, Relator.

Do Recurso de Ofício

Conforme se verifica abaixo, a Portaria MF 02/2023 estabeleceu um novo limite para a sua interposição, ao prever que a DRJ recorrerá sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa, em valor total superior a R\$ 15.000.000,00:

Art. 1º O Presidente de Turma de Julgamento de Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil (DRJ) recorrerá de ofício sempre que a decisão exonerar sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa, em valor total superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

§ 1º O valor da exoneração deverá ser verificado por processo.

§ 2º Aplica-se o disposto no caput quando a decisão excluir sujeito passivo da lide, ainda que mantida a totalidade da exigência do crédito tributário.

A Súmula CARF 103 preleciona que o limite de alçada deve ser aferido na data de apreciação do recurso em segunda instância:

Súmula CARF nº 103: Para fins de conhecimento de recurso de ofício, aplica-se o limite de alçada vigente na data de sua apreciação em segunda instância.

Com o cotejo das informações contidas nos autos é possível constatar que o montante exonerado pelo Julgador de 1^a Instância, R\$ 3.155.894,49, está muito aquém do limite de alçada previsto na citada Portaria MF 02/2013.

Assim, considerando os termos da Súmula Carf nº 103 acima transcrita, não conheço do recurso de ofício.

Conclusão

Desta forma, considerando as razões e fundamentos legais acima expostos, voto não conhecer do recurso de ofício em razão do limite de alçada.

Carlos Alberto do Amaral Azeredo

(documento assinado digitalmente)

Fl. 3 do Acórdão n.º 2201-010.555 - 2^a Sejul/2^a Câmara/1^a Turma Ordinária
Processo nº 15983.720102/2017-52